

BANCO SEMEAR S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2020

BANCO SEMEAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

CONTEÚDO

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
QUADRO 1 – Balanços patrimoniais	8
QUADRO 2 – Demonstrações dos resultados dos exercícios	10
QUADRO 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes	11
QUADRO 4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
QUADRO 5 – Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre exercício findo em 30 de junho de 2020, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

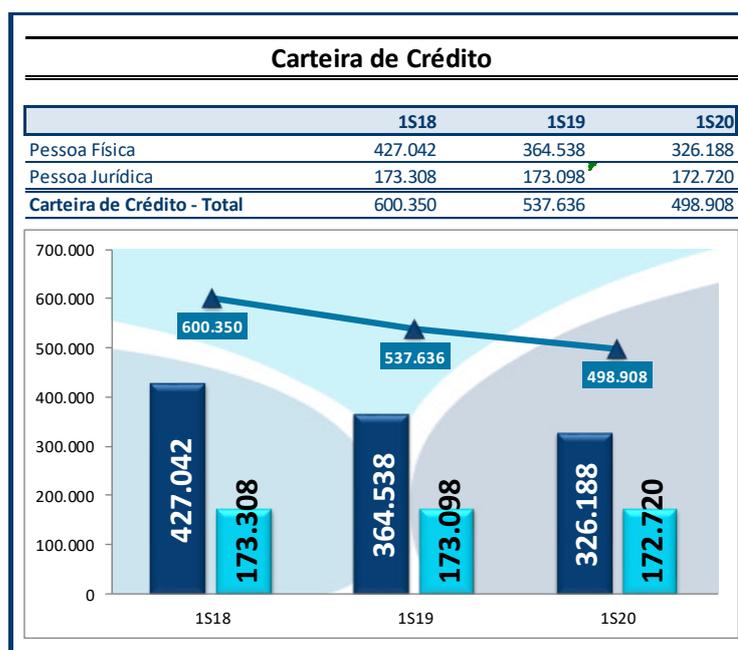
No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua junto a empresas de pequeno e médio porte com operações prioritariamente de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

Desempenho Operacional

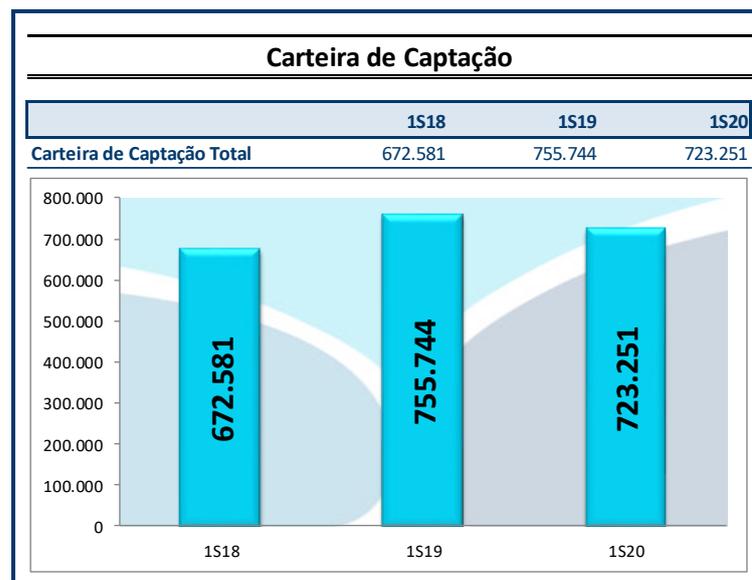
Carteira de crédito:

A carteira de crédito Pessoa Física representa 65,4% da carteira total, sendo os principais produtos 43,3% de Crédito Direto ao Consumidor, 10,9% de Carteira Imobiliária e 11,4% de Empréstimo Pessoal. A carteira de Pessoa Jurídica está distribuída, principalmente, na carteira de Capital de Giro (32,3%) e Aquisição de Recebíveis (2,0%). A redução ocorrida entre os primeiros semestres de 2018 e 2019 foi decorrente da incerteza política com as eleições de out/2018 e entre os primeiros semestres de 2019 e 2020 foi decorrente da restrição ocorrida com a pandemia do COVID-19.



Captações

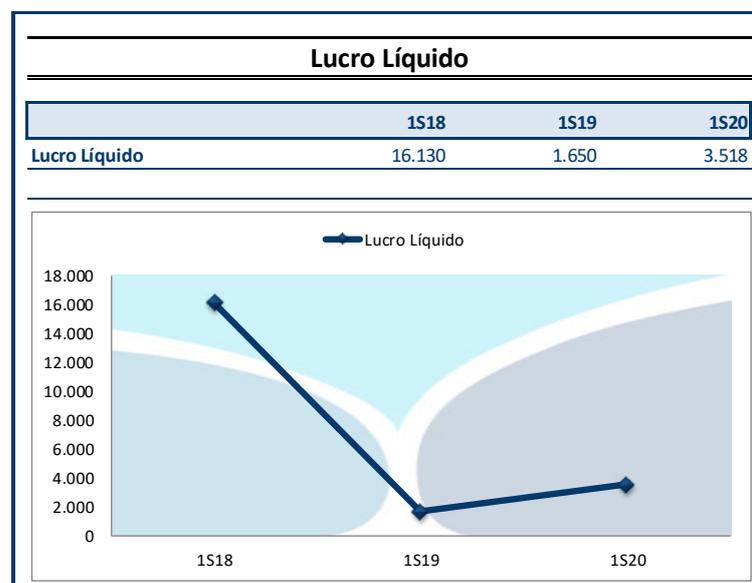
Nas captações, o Banco teve um decréscimo em relação ao ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$ 723,3 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação. O incremento ocorrido entre os primeiros semestres de 2018 e 2019 ocorreu com o intuito de aumentar o caixa do banco diante da incerteza política com as eleições de out/2018 e a queda entre os primeiros semestres de 2019 e 2020 foi decorrente da manutenção de um caixa seguro, mas não tão elevado, diante das restrições ocorridas com a pandemia do COVID-19.



Desempenho Econômico Financeiro

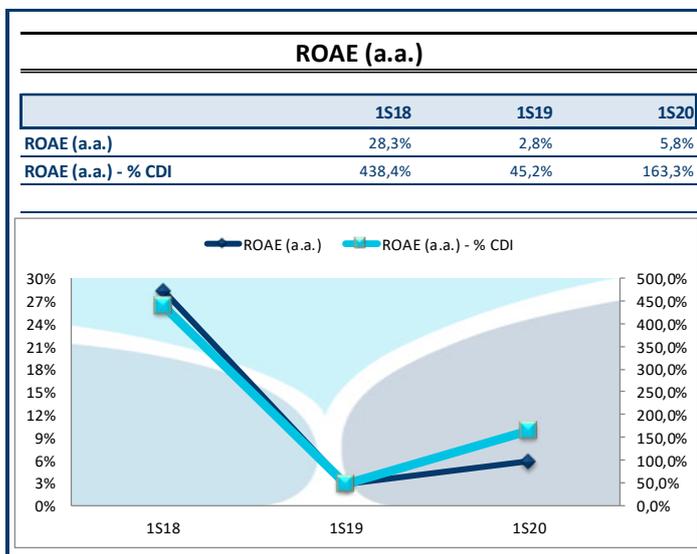
Lucro Líquido

Durante o primeiro semestre de 2020, o Banco obteve lucro líquido no montante de R\$ 3,5 milhões, valor este superior ao ocorrido no primeiro semestre de 2019.



Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 5,8%, aumento de 3,0 p. p. quando comparado ao ano anterior.



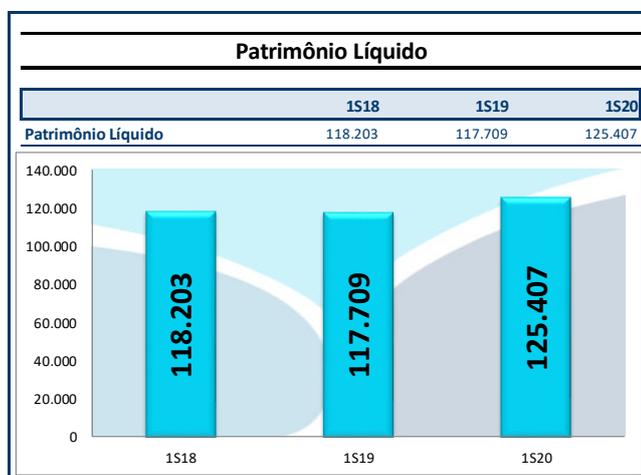
Resultado bruto de intermediação financeira

No primeiro semestre de 2020, o resultado de intermediação financeira, após a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incrementou em relação ao primeiro semestre de 2019, passando de R\$ 24,7 milhões para R\$ 37,4 milhões.

Desempenho Patrimonial

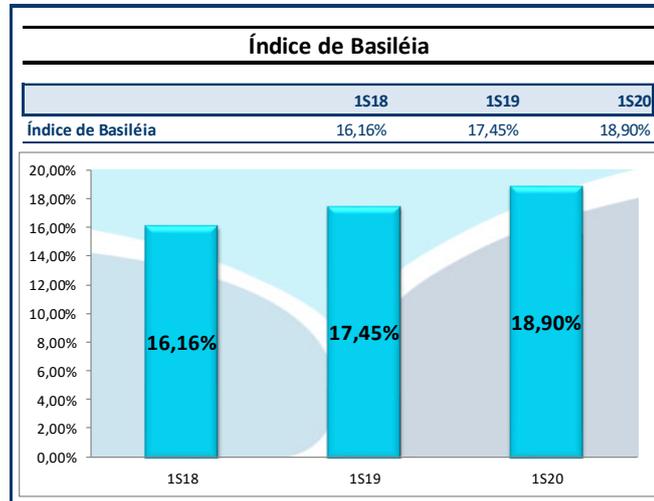
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido foi incrementado em 2020 encerrando o primeiro semestre de 2020 em R\$ 125,4 milhões, contra um montante de R\$ 117,7 milhões em 2019.



Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final do primeiro semestre de 2020 foi de 18,90 %, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimentos

Apesar de um contexto de mercado com pequeno crescimento e os efeitos adversos da pandemia do coronavirus, os resultados alcançados neste primeiro semestre de 2020 refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com busca de novas soluções para os nossos clientes, mitigação de riscos e diversificação dos negócios. Assim, ensejamos uma ótima perspectiva para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

À Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2020/112

Aos

Administradores e aos Acionistas do

Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco Semear S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Semear S.A.** em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Banco Semear S.A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras dos semestres anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes aos semestres findos em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2019, apresentados para fins de comparação dos balanços patrimoniais e das demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa, respectivamente, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatórios datados de 23 de abril de 2020 e 30 de agosto de 2019, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

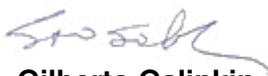
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2020.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1

BANCO SEMEAR S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de Reais)**

ATIVO	Notas explicativas	2020	2019
Circulante		727.567	687.546
Caixa e equivalentes de caixa	4	154.940	76.773
Instrumentos financeiros		521.080	542.454
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	310
Títulos e valores mobiliários	6	120.016	134.717
Relações interfinanceiras		1.482	331
Pagamento e recebimentos a liquidar		1.169	-
Depósitos no Banco Central		274	325
Correspondentes		39	6
Carteiras de crédito	7	390.896	399.568
Operação de crédito		408.779	413.077
Outros créditos com característica de concessão de créditos		21.438	14.718
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(39.321)	(28.227)
Outros ativos financeiros	8	8.686	7.528
Rendas a receber		850	373
Diversos		8.182	7.456
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(346)	(301)
Créditos tributários	12	-	13.976
Outros ativos	10	51.547	54.343
Outros valores e bens		51.565	54.176
(-) Provisão para desvalorizações		(1.219)	(1.238)
Despesas antecipadas		1.201	1.405
Não circulante		174.926	159.816
Instrumentos financeiros		80.530	81.439
Carteiras de crédito	7	61.334	62.171
Operação de crédito		21.753	22.076
Outros créditos com característica de concessão de créditos		46.938	49.813
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(7.357)	(9.718)
Outros ativos financeiros	8	19.196	19.268
Rendas a receber		392	903
Diversos		21.589	21.150
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.785)	(2.785)
Créditos tributários	12	87.040	69.654
Investimentos		229	160
Imobilizado de uso		799	849
Outras imobilizações de uso		2.856	2.832
(-) Depreciação acumulada		(2.057)	(1.983)
Intangível		3.773	4.676
Ativos intangíveis		7.285	7.285
(-) Amortização acumulada		(3.512)	(2.609)
Outros ativos	10	2.555	3.038
Despesas antecipadas		2.555	3.038
Total do ativo		902.493	847.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 1 (Página 2)

BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas explicativas	2020	2019
Circulante		243.996	277.513
Passivos financeiros		243.996	277.513
Depósitos	11	215.422	237.633
Depósitos à vista		11.417	15.236
Depósitos a prazo		204.005	222.397
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	4.879	12.302
Relações interfinanceiras		275	3
Outros passivos financeiros	12	23.420	27.575
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5	318
Obrigações Sociais e Estatutárias		-	4.420
Fiscais e previdenciárias		8.845	4.314
Diversas		13.761	17.486
Receitas antecipadas		809	1.037
Não circulante		533.091	447.961
Passivos financeiros		504.345	420.024
Depósitos	11	502.950	418.723
Depósitos a prazo		502.950	418.723
Outros passivos financeiros	12	1.395	1.301
Fiscais e previdenciárias		182	78
Diversas		379	15
Receitas antecipadas		834	1.208
Provisões	13	28.746	27.937
Patrimônio líquido	14	125.406	121.888
Capital social		104.119	104.119
De domiciliados no país		104.119	104.119
Reserva legal		2.757	2.581
Reserva de retenção de lucros		18.530	15.188
Total do passivo e do patrimônio líquido		902.493	847.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

BANCO SEMEAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2020	2019
Resultado de intermediação financeira		79.845	76.337
Operações de crédito	7g	70.619	60.893
Outros créditos com característica de concessão de créditos	7g	5.388	5.550
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5c	1.670	6.026
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	2.167	3.868
Resultado com operações de câmbio		1	-
Despesas de intermediação financeira		(16.222)	(32.048)
Operações de captação no mercado	11	(16.222)	(32.048)
Resultado de intermediação financeira		63.623	44.289
Resultado de provisões para perdas		(26.232)	(19.637)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7d	(26.232)	(19.637)
Receitas e despesas operacionais		(31.168)	(23.026)
Receitas de prestação de serviços	16	887	1.268
Rendas de tarifas bancárias	16	1.243	1.497
Despesas de pessoal	17	(9.914)	(9.196)
Outras despesas administrativas	18	(20.678)	(17.900)
Despesas tributárias	19	(5.351)	(5.879)
Outras receitas operacionais	20	7.593	10.188
Outras despesas operacionais	21	(4.948)	(3.004)
Resultado operacional		6.223	1.626
Outras receitas e despesas		(653)	221
Outras receitas		515	318
Outras despesas		(1.168)	(97)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		5.570	1.847
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(2.052)	(197)
Imposto de renda sobre o lucro corrente	22	(3.199)	(1.251)
Contribuição social sobre o lucro corrente	22	(2.159)	(761)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	9 e 22	3.306	1.815
Resultado dos semestres		3.518	1.650
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		0,03	0,01

QUADRO 3

BANCO SEMEAR S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS SEMESTRES FINDOS EM
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultados dos semestres	<u>3.518</u>	<u>1.650</u>
Outros resultados abrangentes dos semestres	-	-
Total dos resultados abrangentes dos semestres	<u>3.518</u>	<u>1.650</u>
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	0,03	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4**BANCO SEMEAR S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)**

	Reservas de Lucro			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2019	104.119	2.030	11.410	-	117.559
Resultado do semestre	-	-	-	1.650	1.650
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Constituição de Reserva Legal	-	82	-	(82)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	68	(68)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	104.119	2.112	11.478		117.709
Mutações do período		82	68		150
Saldos em 31 de dezembro de 2019	104.119	2.581	15.188		121.888
Resultado do semestre	-	-	-	3.518	3.518
Constituição de Reserva Legal	-	176	-	(176)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	3.342	(3.342)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	104.119	2.757	18.530		125.406
Mutações do período		176	3.342		3.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5**BANCO SEMEAR S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)**

Fluxo de caixa proveniente das operações	2020	2019
Resultados dos períodos	3.518	1.650
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação	91	73
Amortização	903	96
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	22.268	12.286
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de concessão)	3.314	7.497
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	650	(147)
Provisão de bens retomados - com pendências em cartórios	-	(208)
Provisão para impostos e contribuições diferidos	105	(7)
Provisão para pagamentos a efetuar	(974)	(1.637)
Provisão para passivos contingentes	532	(671)
Impostos diferidos	(3.306)	(1.815)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	5.358	2.012
	28.941	17.479
Resultados dos períodos ajustados	32.459	19.129
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	310	10
Títulos e valores mobiliários	14.701	(3.916)
Operações de créditos	(7.389)	(14.545)
Outros créditos	(8.465)	25.664
Outros valores e bens	2.629	643
Relações interfinanceiras e interdependência	(1.151)	(710)
	635	7.146
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	62.016	(167.491)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(7.423)	929
Relações interfinanceiras	272	212
Outras obrigações	(7.139)	(9.328)
Variação nas receitas antecipadas	(602)	(508)
	47.124	(176.186)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais	47.759	(169.040)
Impostos pagos sobre o lucro	(1.941)	(2.173)
	45.818	(171.213)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ajustes no Investimento	(69)	(34)
Aquisição no imobilizado de uso	(41)	(149)
Aquisição no intangível	-	(198)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	(110)	(381)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre Capital Próprio pagos	-	(1.500)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	-	(1.500)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	78.167	(153.965)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	76.773	302.796
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	154.940	148.831
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	78.167	(153.965)

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões de créditos.
- **Serviços:** Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

Durante o primeiro semestre de 2020, o mundo foi assolado pela proliferação do vírus COVID-19 – Coronavirus – que possui uma capacidade rápida de disseminação e de contágio afetando, especialmente, idosos e pessoas com problemas crônicos de saúde. A Organização Mundial da Saúde a considerou como pandemia mundial. O Governo Federal, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil vêm tomando medidas com o intuito de atenuar estes efeitos na economia brasileira, tanto para a população quanto para as instituições financeiras. Diante desse cenário, a Administração vem agindo de forma rápida e efetiva para minimizar os impactos advindos da pandemia na instituição, o que pode ser observado com mais detalhes na nota explicativa 24.b.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).

- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144 /2012** - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.424/2015** - Benefícios a empregados (CPC 33 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível – (CPC 04 (R1)).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado – (CPC 27).
- **Resolução nº 4.524/2016** – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- **Resolução nº 4.748/2019** – Mensuração do valor justo – (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.270/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019 foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Semear. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações introduzidas foram:

Balanco Patrimonial

Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade.

Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos, provisões e créditos tributários. O crédito tributário até 31 de dezembro de 2019 era segregado entre circulante e não circulante, no entanto com a Circular Bacen nº 3.959, este passa a ser classificado apenas no não circulante independentemente da sua realização.

Demonstração do Resultado

Abertura de despesas de provisões segregadas pela classes mas relevantes apresentado na lista “Resultado de provisão para perdas”. Mudança da alocação das despesas com Provisão para perdas associadas ao risco de crédito”, que anteriormente era denominada de “ Provisão para crédito de liquidação duvidosa”,

passando a ser representado logo após “ Resultado de intermediação financeira”. A receita de recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo passou a ser apresentada nessa linha.

Eliminação da nomenclatura de “ Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados “Outras receitas” ou “Outras despesas”.

Reapresentação do Balanço patrimonial e da Demonstração do resultado - Saldos comparativos

Para melhor apresentação e comparabilidade nestas Demonstrações financeiras, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação destas. Ressaltamos que esses ajustes não impactam o lucro líquido e nem o patrimônio líquido.

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2019 (Originalmente apresentado)	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentado)
Circulante	687.546	-	687.546
Caixa e equivalente de caixa	-	76.773	76.773
Disponibilidade	1.779	(1.779)	
Instrumentos financeiros			542.454
Aplicações no mercado aberto	74.994	(74.994)	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	310	-	310
Títulos e valores mobiliários	134.717	-	134.717
Relações interfinanceiras	331	-	331
Depósitos no Banco Central	325	-	325
Correspondentes	6	-	6
Carteiras de crédito	386.540	13.028	399.568
Operação de crédito	413.077		413.077
Outros créditos com característica de concessão de créditos		14.718	14.718
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(26.537)	(1.690)	(28.227)
Outros ativos financeiros	-	7.528	7.528
Rendas a receber	-	373	373
Diversos	-	7.456	7.456
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(301)	(301)
Outros créditos	34.532	(34.532)	-
Créditos tributários		13.976	13.976
Outros valores e bens	54.343	(54.343)	-
Outros valores e bens	52.938	(52.938)	-
Despesas antecipadas	1.405	(1.405)	-
Outros ativos	-	54.343	54.343
Outros valores e bens	-	54.176	54.176
(-) Provisão para desvalorizações	-	(1.238)	(1.238)
Despesas antecipadas	-	1.405	1.405

Não circulante	159.816	-	159.816
Instrumentos financeiros			81.439
Carteiras de crédito	20.767	41.404	62.171
Operação de crédito	22.076	-	22.076
Outros créditos com característica de concessão de créditos	-	49.813	49.813
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.309)	(8.409)	(9.718)
Outros ativos financeiros		19.268	19.268
Rendas a receber	-	903	903
Diversos	-	21.150	21.150
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(2.785)	(2.785)
Outros créditos	130.326	(130.326)	-
Outros valores e bens	3.038	(3.038)	-
Despesas antecipadas	3.038	(3.038)	-
Créditos tributários	-	69.654	69.654
Investimentos	160		160
Imobilizado de uso	849	-	849
Outras imobilizações de uso	2.832	-	2.832
(-) Depreciação acumulada	(1.983)	-	(1.983)
Intangível	4.676	-	4.676
Ativos intangíveis	7.285	-	7.285
(-) Amortização acumulada	(2.609)	-	(2.609)
Outros ativos	-	3.038	3.038
Despesas antecipadas	-	3.038	3.038
Total do ativo	847.362	-	847.362

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2019 (Originalmente apresentado)	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentado)
Circulante	278.742	(1.229)	277.513
Passivos financeiros			277.513
Depósitos	237.633	-	237.633
Depósitos à vista	15.236	-	15.236
Depósitos a prazo	222.397	-	222.397
Recursos de aceites e emissão de títulos	12.302	-	12.302
Relações interfinanceiras	3	-	3
Outros passivos financeiros	-	27.575	27.575
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	318	318
Obrigações Sociais e Estatutárias	-	4.420	4.420
Fiscais e previdenciárias	-	4.314	4.314
Diversas	-	17.486	17.486
Receitas antecipadas	-	1.037	1.037
Outras obrigações	27.767	(27.767)	-
Receitas antecipadas	1.037	(1.037)	-
Não circulante	446.732	1.229	447.961
Passivos financeiros			420.024
Depósitos	418.723	-	418.723
Depósitos a prazo	418.723	-	418.723
Outros passivos financeiros	-	1.301	1.301
Fiscais e previdenciárias	-	78	78
Diversas	-	15	15
Receitas antecipadas	-	1.208	1.208
Provisões	28.009	(28.009)	-
Outras obrigações	26.801	(26.801)	-
Receitas antecipadas	1.208	(1.208)	-
Provisões	-	27.937	27.937
Patrimônio líquido	121.888	-	121.888
Capital social	104.119	-	104.119
De domiciliados no país	-	-	104.119
Reserva legal	2.581	-	2.581
Reserva de retenção de lucro	15.188	-	15.188
Total do passivo e do patrimônio líquido	847.362	-	847.362

Houve adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como:

(i) Caixa e equivalentes de caixa – agrupamento de disponibilidade a aplicações interfinanceiras de liquidez; (ii) Instrumentos financeiros – agrupamento de Títulos e valores mobiliários, Outros créditos com característica de concessão de créditos, Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e criação da nomenclatura Crédito tributário; e (iii) Depósitos e demais instrumentos financeiros – agrupamento de Depósitos, Relações interfinanceiras.

	2019 (Originalmente apresentado)	Reclassificações	2019 (Reapresentado)
Demonstração de resultado			
Resultado de intermediação financeira	76.361	(24)	76.337
Operações de crédito	60.893	-	60.893
Outros créditos com característica de concessão de créditos	-	5.550	5.550
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	6.026	-	6.026
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.868	-	3.868
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	5.574	(5.574)	-
Despesas de intermediação financeira	(51.709)	19.661	(32.048)
Operações de captação no mercado	(32.048)	-	(32.048)
Operações venda ou de transferência de ativos financeiros	(24)	24	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.637)	19.637	-
Resultado de intermediação financeira	-	-	44.289
Resultado de provisões para perdas	-	(19.637)	(19.637)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(19.637)	(19.637)
Receitas e despesas operacionais	(23.026)	-	(23.026)
Receitas de prestação de serviços	1.268	-	1.268
Rendas de tarifas bancárias	1.497	-	1.497
Despesas de pessoal	(9.196)	-	(9.196)
Outras despesas administrativas	(17.900)	-	(17.900)
Despesas tributárias	(5.879)	-	(5.879)
Resultado de participações em coligadas e controladas	-	-	-
Outras receitas operacionais	10.188	-	10.188
Outras despesas operacionais	(3.004)	-	(3.004)
Resultado operacional	1.626	-	1.626
Outras receitas e despesas	-	221	221
Outras receitas	-	318	318
Outras despesas	-	(97)	(97)
Resultado não operacional	221	(221)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações	1.847	-	1.847
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(197)	-	(197)
Imposto de renda sobre o lucro corrente	(1.251)	-	(1.251)
Contribuição social sobre o lucro corrente	(761)	-	(761)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	1.815	-	1.815
Resultado dos semestres	1.650	-	1.650

- . Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevante apresentado na linha “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito”,
- . Mudança da alocação da “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito” passando a ser apresentada anterior ao Resultado de intermediação financeira”; e
- . Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacional.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no período findo em 30 de junho de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 9** - Reconhecimento de créditos tributários diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 13** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de setembro de 2020.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros pre-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores estimados, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

d. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, se houver, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 6).

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

g. Outros ativos (valores) e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (Veja nota explicativa nº 10).

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (veja Nota Explicativa nº 9).

h. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos, neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

i. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, amortizados pelo prazo pertinente.

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 10).

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: (a) prováveis, para os quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e (c) remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotos) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.
- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa de pedir semelhante, em geral, são processos que envolvem relação de consumo, com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, e reflete-se o resultado na carteira atual. Assim, são considerados os processos que nos últimos 12 (doze) meses foram baixados e os que permaneceram ativos, dentre os baixados quais foram com e quais sem pagamento. Os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento.
- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco Semear S.A. por ex- funcionários do próprio Banco Semear S.A., bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados para fins de contingenciamento apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco possível, sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.
- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 11).

I. Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 1º de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento). A referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos oriundos de CSLL a ser constituídos sob as novas regras.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

m. Provisões de férias e décimo terceiro salário

As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizados segundo o regime de competência.

n. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	945	1.779
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	<u>153.995</u>	<u>74.994</u>
Total	<u>154.940</u>	<u>76.773</u>

(*) Referem-se a operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

a. Composição

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	310
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	-	310
Total	<u>-</u>	<u>310</u>
Circulante	-	310

b. Classificação por tipo de título e vencimentos

Títulos	<u>30/06/2020</u>				<u>Total</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>Até 3</u> <u>meses</u>	<u>De 3 a</u> <u>12</u> <u>meses</u>	<u>De 1</u> <u>a 3</u> <u>anos</u>	<u>De 3 a</u> <u>5</u> <u>anos</u>		<u>Total</u>
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	310
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>310</u>

c. Os resultados com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Posição bancada	1.657	6.000
Depósitos Interfinanceiros	<u>13</u>	<u>26</u>
Total	<u>1.670</u>	<u>6.026</u>

6 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

a. Composição

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira própria – Livres	119.952	134.654
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	119.952	134.654
Vinculados à prestação de garantias	64	63
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	64	63
Total	<u>120.016</u>	<u>134.717</u>
Circulante	120.016	134.717

b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos

Títulos para negociação (1)	<u>30/06/2020</u>				Custo de aquisição atualizado
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado/ Contábil	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	86.714	33.302	-	120.016	120.024
Total	<u>86.714</u>	<u>33.302</u>	<u>-</u>	<u>120.016</u>	<u>120.024</u>

Títulos para negociação (1)	<u>31/12/2019</u>				Custo de aquisição atualizado
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado/ Contábil	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	89.831	34.111	10.775	134.717	134.687
Total	<u>89.831</u>	<u>34.111</u>	<u>10.775</u>	<u>134.717</u>	<u>134.687</u>

Para fins de publicação, os títulos denominados na categoria para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado de títulos de renda fixa	2.167	3.868
Total	<u>2.167</u>	<u>3.868</u>

7 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, encontram-se classificadas conforme demonstradas a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

Produtos	30/06/2020		31/12/2019	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de Giro	155.068	31,0%	153.825	30,7%
Adiant. A Depositantes	6		9	
Conta Garantida	908	0,2%	4.536	0,9%
Crédito Pessoal	57.490	11,5%	73.643	14,7%
Crédito Direto ao Consumidor	217.060	43,5%	203.140	40,7%
Total de operações de Crédito	430.532		435.153	
Circulante	408.779		413.077	
Não Circulante	21.753		22.076	
Créditos por avais e fianças honrados	3.826	0,8%		
Devedores Por Compra de Valores e Bens	16.898	3,4%	12.018	2,4%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Cartão de Crédito	9.961	2,0%	6.755	1,4%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financiamento Imobiliário	37.691	7,6%	45.758	9,2%
Total de outros créditos com característica de concessão de créditos	68.376		64.531	
Circulante	21.438		14.718	
Não Circulante	46.938		49.813	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos	498.908	100,0%	499.684	100,0%
Circulante	430.217		427.795	
Não Circulante	68.691		71.889	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operação de crédito	(38.104)		(27.846)	
Circulante	(37.337)		(26.537)	
Não Circulante	(767)		(1.309)	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Outros créditos	(8.574)		(10.099)	
Circulante	(1.984)		(1.690)	
Não Circulante	(6.590)		(8.409)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	(46.678)		(37.945)	
Circulante	(39.321)		(28.227)	
Não Circulante	(7.357)		(9.718)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	452.230		461.739	
Circulante	390.896		399.568	
Não Circulante	61.334		62.171	

b. Classificação da carteira por risco de crédito

Níveis de Risco	% do Risco	30/06/2020		31/12/2019	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		6.985	-	14.241	-
A	0,5%	309.457	(1.547)	314.208	(1.571)
B	1,0%	56.270	(563)	69.923	(699)
C	3,0%	43.265	(1.298)	44.936	(1.348)
D	10,0%	24.950	(2.495)	13.900	(1.390)
E	30,0%	14.187	(4.256)	9.332	(2.800)
F	50,0%	9.898	(4.949)	3.432	(1.716)
G	70,0%	7.756	(5.430)	4.305	(3.014)
H	100,0%	26.140	(26.140)	25.407	(25.407)
Totais		498.908	(46.678)	499.684	(37.945)
Circulante		430.217	(39.321)	427.795	(28.227)
Não Circulante		72.517	(7.357)	71.889	(9.718)
Total		498.908	(46.678)	499.684	(37.945)

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	37.944	40.022
Constituição - operação de créditos	64.177	25.884
Reversão - operação de créditos	(37.945)	(6.247)
Créditos de liquidação duvidosa baixados para	(17.498)	(21.714)
Saldo no final	46.678	37.945

d. Despesas de provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação

	30/06/2020	30/06/2020
Provisão Constituída	64.177	25.884
Reversão Constituída	(37.945)	(6.247)
Total	26.232	19.637

Devido a uma negociação com um de nossos lojistas, o estoque de um produto de CDC teve suas condições alteradas diminuindo a comissão paga ao lojista e aumentando o risco da operação para o Banco.

e. Carteira por atividade econômica

Atividade econômica	30/06/2020		31/12/2019	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Indústria	9.505	1,9%	10.876	2,2%
Comércio	55.876	11,2%	49.005	9,8%
Serviços	105.439	21,1%	107.185	21,5%
Pessoa física	328.088	65,8%	332.618	66,5%
Totais	498.908	100,0%	499.684	100,0%

f. Carteira por faixa de vencimento

Classificação por prazo

Prazos de vencimento	30/06/2020		31/12/2019	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	46.978	9,5%	35.624	7,1%
A vencer até 30 dias	73.565	14,7%	73.850	14,8%
A vencer de 31 a 60 dias	61.615	12,3%	71.356	14,3%
A vencer de 61 a 90 dias	54.084	10,8%	52.171	10,4%
A vencer de 91 a 180 dias	104.097	20,9%	112.473	22,5%
A vencer de 181 a 360 dias	89.878	18,0%	82.321	16,5%
A vencer após 360 dias	68.691	13,8%	71.889	14,4%
Totais	498.908	100,0%	499.684	100,0%

g. Resultado com operações de crédito

(i) Operações de créditos

	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de empréstimos	41.004	43.624
Rendas de financiamentos	60.136	75.179
Rendas de financiamentos habitacionais	-	81
Rendas financ. deved. por compra de vrs. e bens	838	644
Recuperação de créditos	2.328	1.566
Renda bruta de operações crédito (a)	104.306	121.094
(-) Comissões sobre operações de crédito (b)	(33.687)	(60.201)
Total	70.619	60.893

(a) Com a crise econômica decorrente da COVID-19, houve diminuição da carteira de crédito provocando redução na renda de empréstimos e financiamentos.

(b) Devido a uma negociação com um de nossos lojistas, o estoque de um produto de CDC teve suas condições alteradas diminuindo a comissão paga ao lojista e aumentando o risco da operação para o Banco.

(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	2.863	4.163
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Cartões de Créditos	800	981
Rendas de fiança honrada	84	-
Recuperação de créditos	1.615	397
Outros	26	33
Total	5.388	5.574
Prej. cessão de crédito - Recebíveis de cartões de créditos	-	(24)
Total	-	(24)
Total	5.388	5.550

h. Outras informações de operações de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2020, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$ 59.989 (R\$ 28.453 em 2019), com saldo de provisão de R\$ 2.359 (R\$ 1.229 em 2019) e saldos recuperados de R\$ 10.735 (R\$ 10.735 em 2019).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

8 Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Devedores por depósito em garantia (a)	18.716	18.257
Impostos e contribuições a compensar (b)	6.316	5.878
Devedores diversos - País (c)	4.001	4.235
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.131)	(3.086)
Rendas a receber	1.242	1.276
Diversos	1.980	1.512
Total	27.882	26.796
Circulante	8.686	7.528
Não circulante	19.196	19.268

- a) Devedores por depósitos em garantias estão compostos por: i) Recursos fiscais R\$ 15.305 (R\$ 15.126 em 2019); ii) Depósitos ações cíveis: R\$ 1.961 (R\$ 1.714 em 2019); iii) Recursos trabalhista: R\$ 1.450 (R\$ 1.416 em 2019); iv) Outros depósitos judiciais R\$ 1 (R\$ 1 em 2019).
- b) Impostos e contribuições a compensar: conta constituída, basicamente, por antecipações de IRPJ e CSLL do período, nos montantes de R\$1.328 e R\$ 613 (R\$2.042 e R\$ 1.244 em 2019), impostos e contribuições exercícios anteriores R\$ 2.714 e 1.620 (R\$ 2.539 em 2019) e outros impostos e contribuições a compensar no montante de R\$ 41 (R\$53 em 2019).
- c) A composição da rubrica “Devedores diversos - País” pode ser sumariada da seguinte forma: i) Baixas em operações de crédito a processar R\$ 2.745 (R\$ 2.971 em 2019); ii) Baixas em operações de crédito - Confissão de Dívida R\$ 967 (R\$ 967 em 2019); iii) Contingências Judiciais Reembolsáveis R\$ 88 (R\$ 108 em 2019); iv) Serviços de correspondentes R\$ 0 (R\$ 3.070 em 2019), v) Baixa oper.recebíveis créd.imob.em processo formalização R\$ 174 (R\$ 174 em 2019); vi) Diferença de compensação R\$ 27 (R\$ 15 em 2019).

9 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 1º de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento). Referida majoração acarretou em 2019 ajuste de R\$8.781 nos saldos de ativos e passivos diferidos de CSLL a ser utilizados sob as novas regras.

	30/06/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base Negativa e Prejuízo Fiscal		8.250	4.294	512 12.849
Alíquota	25%	20%	25%	15% 20%
Crédito tributário diferido atual (a)	-	1.650	1.074	77 2.570
Diferenças temporárias:				
Base de cálculo	189.756	189.756	178.152	5.173 172.979
Alíquota	25%	20%	25%	15% 20%
Crédito tributário diferido atual (b)	47.439	37.951	44.538	775 34.596
Total (a + b)	47.439	39.601	45.612	38.018
Circulante	-	-	7.927	6.049
Não Circulante	47.439	39.601	37.685	31.969
Total	47.439	39.601	45.612	38.018

Movimentação do crédito tributário

Saldo inicial	45.612	38.018	43.048	27.189
Constituição de diferenças temporárias	7.317	5.854	22.791	13.675
Const.de dif. temporárias- mudança de alíquota	-	(825)	-	8.649
Realização de diferenças temporárias	<u>(4.417)</u>	<u>(2.650)</u>	<u>(19.823)</u>	<u>(11.894)</u>
Varição no Período	2.900	2.379	2.968	10.430
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	43	546	527	315
Const.de base negativa- mudança de alíquota	-	-	-	642
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	<u>(1.116)</u>	<u>(1.342)</u>	<u>(931)</u>	<u>(558)</u>
Varição no Período	(1.073)	(796)	(404)	399
Saldo Final Movimentado	47.439	39.601	45.612	38.018
Saldo Final Contábil	<u>47.439</u>	<u>39.601</u>	<u>45.612</u>	<u>38.018</u>

Os créditos tributários encontram-se registrados na rubrica “Outros créditos”, conforme Nota Explicativa nº 8 (Outros créditos), podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma:

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração.

Abaixo, demonstramos a realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário	30/06/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	6.741	5.394	7.927	6.049
2º Ano	7.995	7.170	5.983	4.728
3º Ano	7.357	6.444	7.488	6.155
4º Ano	8.482	6.786	7.976	7.452
5º Ano	10.079	8.063	9.615	7.692
Acima de 5 anos	<u>6.785</u>	<u>5.744</u>	<u>6.623</u>	<u>5.942</u>
Totais	<u>47.439</u>	<u>39.601</u>	<u>45.612</u>	<u>38.018</u>

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 4,388% a.a., demonstrado no quadro abaixo:

Realização do crédito tributário	30/06/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	6.528	5.222	7.602	5.801
2º Ano	7.516	6.740	5.426	4.288
3º Ano	6.603	5.784	6.380	5.245
4º Ano	7.233	5.786	6.381	5.962
5º Ano	8.166	6.533	7.223	5.778
Acima de 5 anos	5.247	4.443	4.675	4.193
Totais	41.293	34.508	37.687	31.267

10 Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	30/06/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	50.346	52.938
Material em estoque	72	74
Bens não de uso próprio	50.274	52.864
Bens não de uso próprio (a)	51.493	54.102
(-) Prov. para desval. de outros valores e bens	(1.219)	(1.238)
Despesas antecipadas	3.756	4.443
Serviços de terceiros	447	456
Comissões pela captação de títulos	282	26
Deságio por intermediação de CDB	3.027	3.961
Total	54.102	57.381
Circulante	51.547	54.343
Não circulante	2.555	3.038

- (a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

11 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

	30/06/2020				Total	31/12/2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	11.417	-	-	-	11.417	15.236
Depósitos a prazo (i)	-	90.979	113.026	502.950	706.955	641.120
Total	11.417	90.979	113.026	502.950	718.372	656.356
Circulante					215.422	237.633
Não circulante					502.950	418.723

(i) Em 2020, os dois maiores clientes representam 56,19% e 13,35% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no Banco para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 70% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (64% em 2018), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	30/06/2020			Total	31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Letras de crédito imobiliário	3.375	1.504	-	4.879	12.302
Total	3.375	1.504	-	4.879	12.302
Circulante				4.879	12.302
Não circulante				-	-

c. Despesas com operações de captações no mercado

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas de depósitos a prazo (a)	(13.877)	(28.759)
Despesas de comissão pela captação	(1.723)	(2.541)
Despesas de operações compromissadas	(1)	(4)
Despesas de letras de créditos imobiliários	(179)	(262)
Despesas de contribuição ao FGC	(442)	(482)
Despesas de captação	<u>(16.222)</u>	<u>(32.048)</u>

- a) A redução significativa das despesas com operações de captação de mercado se deve, principalmente, ao fato de mais de 90% da carteira de captação do Banco ser vinculada ao Índice CDI que reduziu 43% no período do 1º semestre de 2019 para o 1º semestre de 2020.

12 Outros passivos financeiros

O saldo do grupamento de outras passivos financeiros está composto por:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cobrança e arrecadação de tributos	5	318
Sociais e estatutárias	-	4.420
Contribuições fiscais e previdenciárias (a)	9.027	4.392
Cheque administrativo	13	171
Provisão despesas administrativas (b)	4.187	4.666
Provisão para garantias prestadas (c)	48	428
Credores diversos - País (d)	9.892	12.236
Receitas antecipadas	1.643	2.245
Total	<u>24.815</u>	<u>28.876</u>
Circulante	23.420	27.575
Não circulante	1.395	1.301

- a) A rubrica “Contribuições fiscais e previdenciárias” pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte: i) Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes R\$ 5.351 (R\$ 1.596 em 2019); ii) Impostos e contribuições a recolher R\$ 3.493 (R\$ 2.718 em 2019); iii) Provisão para impostos e contribuições diferidos R\$ 183 (R\$ 78 em 2019).
- b) Provisões de despesas administrativas i) Provisões para despesas de pessoal R\$ 2.643 (R\$ 3.622 em 2019); Provisão para prestadores de serviços R\$ 1.544 (R\$ 1.044 em 2019).
- c) O Banco avaliou a carteira de garantias financeiras e avais prestadas, que no período monta R\$ 7.978 (R\$ 20.999 em 2019), e constituiu a provisão para perdas no montante de R\$ 48 (R\$ 428 em 2019), conforme mencionado na Resolução nº 2.512 de 28 de julho de 2016.

- d) A composição de credores diversos - país está sumarizada da seguinte forma i) recebimentos de créditos cedidos a repassar R\$ 134 (R\$ 893 em 2019); ii) contribuição para o FGC R\$ 164 (R\$ 153 em 2019); iii) contratos de operações de créditos a liberar R\$ 433 (R\$ 34 em 2019); iv) serviços de correspondente R\$ 4.136 (R\$ 8.799 em 2019); v) Fornecedores diversos R\$ 767 (R\$ 608 em 2019); vi) créditos a baixar de operações de crédito R\$ 857 (R\$ 389 em 2019); vii) cartões de crédito a repassar R\$ 41 (R\$ 38 em 2019); viii) créditos antecipados da carteira de recebíveis imobiliário R\$ 770 (R\$ 364 em 2019) ix) Acordos operacionais R\$ 1.816 (R\$ 0 em 2019) x) cobrança a liquidar 694 (R\$0 em 2019); ix) outros credores diversos R\$ 80 (R\$ 3 em 2019)

13 Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.609	4.151
Provisão para riscos cíveis (a)	3.485	3.377
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	20.652	20.409
Total	<u>28.746</u>	<u>27.937</u>
Não circulante	28.746	27.937

a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, trabalhista e cíveis.

As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	<u>Depósitos Judiciais</u>			<u>Provisão para Contingências</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2019	1.416	1.088	2.504	4.151	3.377	7.528
Adições	34	22	56	458	382	840
Baixas	-	(1)	(1)	-	(274)	(274)
Saldo em 30/06/2020	<u>1.450</u>	<u>1.109</u>	<u>2.559</u>	<u>4.609</u>	<u>3.485</u>	<u>8.094</u>

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31/12/2018	903	1.014	1.917	4.019	2.213	6.232
Adições	128	101	229	189	55	244
Baixas	(104)	(26)	(130)	(454)	(460)	(914)
Saldo em 30/06/2019	927	1.089	2.016	3.754	1.808	5.562

b) Provisões fiscais e previdenciárias

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para PIS (i)	14.680	14.508
Provisão para INSS (ii)	3.123	3.082
Provisão para imposto de renda (iii)	1.290	1.276
Provisão para contribuição social (iii)	1.559	1.543
	20.652	20.409

(i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$ 14.694 (R\$ 14.522 em 2019), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 8 - Outros ativos financeiros.

(ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37, lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.

(iii) Parte o posicionamento no total de R\$ 1.651 (IRPJ) e R\$ 1.558 (CSLL) (R\$ 1.152 e R\$ 1.060 em 2019), trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). Os restantes dos valores de R\$ 125 (IRPJ) e R\$ 486 (CSLL) (R\$ 124 e R\$ 482 em 2019) referem-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 - Majoração de alíquota.

As movimentações das provisões para as contingências fiscais estão assim demonstradas:

	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
Saldo em 31/12/2019	124	481	14.522	15.127	1.276	1.543	14.508	3.082	20.409
Adições	1	5	172	178	14	16	172	41	243
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2020	125	486	14.694	15.305	1.290	1.559	14.680	3.123	20.652
	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais				
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	INSS	Total
Em 31/12/ 2018	120	466	13.986	14.572	1.232	1.490	13.969	2.956	19.647
Adições	2	8	277	287	23	27	275	65	390
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2019	122	474	14.263	14.859	1.255	1.517	14.244	3.021	20.037

Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados. Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$ 4.659 (R\$ 6.583 em 2019).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 104.119 (R\$ 104.119 em 2018), representado por 64.707 mil ações ordinárias nominativas e 64.707 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Por proposta da Administração, foram destinados R\$ 645 (R\$ 82 em 2019) para reserva legal, não houve provisão para juros sobre capital próprio, (R\$ 1.500 em 2019).

Relativamente ao saldo restante do lucro do período, no montante de R\$ 2.873 (R\$ 68 em 2019), foi reclassificado para reserva de retenção de lucros para destinação futura, com o objetivo de proteção e fortalecimento do capital próprio do Banco.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do

Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

As destinações do resultado dos períodos estão apresentadas a seguir:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Lucro líquido	3.518	1.650
Reserva legal	(176)	(82)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(1.500)
Reserva especiais de lucros	(3.342)	(68)

d. Reserva de retenção de lucros

No período, após a constituição da reserva legal e distribuições de lucros, a Administração do Banco optou por amortizar o saldo remanescente do resultado na Reserva de Retenção de Lucros.

15 Gestão de riscos e capital

A Instituição vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição, os quais se encontram alinhados à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

a. Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito por meio da implementação de políticas de crédito específicas destinadas a cada segmento em que o Banco Semear opera e nas quais são evidenciados as alçadas de aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as vedações, a revisão e aprovação do crédito, dentre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito da Instituição são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros aspectos.

b. Risco de Liquidez

É a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: (i) o pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) a capacidade de alavancar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos; e (iii) a efetividade de atuação da Instituição nos mais diferentes cenários, efetuando sempre testes para medir a capacidade desta, inclusive, em ambientes mais severos.

c. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou em inglês Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no artigo 25 da resolução supracitada é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado da Instituição consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que esta se encontra sujeita e consistem na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e o acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco Semear em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com os cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições dos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Banco Semear é avaliado por cinco medidas principais: (i) Value at Risk (VaR); (ii) Testes de Estresse (Stress Testing); (iii) posições; (iv) sensibilidades ; e (v) testes de aderências (Backtesting).

d. Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional da Instituição é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco Semear encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa e (ii) a quantitativa.

Qualitativa

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear.

Quantitativa

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as rubricas contábeis específicas. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências correlatas à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

e. Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas.

Este processo atende a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

f. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) define o “gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, sendo que todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizam os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco Semear como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (v) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vi) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contendo a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Banco Semear para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição encerrou o 1º semestre de 2020 com índice de Basileia de 18.90%. O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Banco Semear.

O quadro a seguir demonstra a apuração do índice de Basileia:

**Detalhamento das Margens de Requerimento
Relativamente ao RWA**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio de Referência (PR)	119.983	113.492
Patrimônio de Referência Nível I	119.983	113.492
Capital Principal – CP	119.983	113.492
Ativos Ponderados por Risco - RWA	634.743	647.728
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	562.639	572.402
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	136	64
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	71.968	75.262
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	28.563	29.148
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	38.085	38.864
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	50.779	51.818
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	91.420	84.344
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	81.899	74.628
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	69.204	61.674
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	18,90%	17,52%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	18,90%	17,52%
Índice de Basileia (PR/RWA)	18,90%	17,52%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas da Circular Bacen nº 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site www.bancosemear.com.br.

16 Rendas de prestação de serviços

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	557	996
Rendas de garantias prestadas	294	224
Outras receitas de prestação de serviços	36	48
Receitas de prestação de serviços:	<u>887</u>	<u>1.268</u>
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	-	476
Receitas de confecção de cadastro - PJ	718	726
Outras tarifas	525	295
Rendas de tarifas bancárias:	<u>1.243</u>	<u>1.497</u>

17 Despesas com pessoal

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Proventos + Honorários Diretoria	(6.499)	(6.132)
Encargos sociais	(2.063)	(1.819)
Benefícios	(1.352)	(1.245)
Despesas de pessoal:	<u>(9.914)</u>	<u>(9.196)</u>

18 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas de outros serviços de terceiros	(6.433)	(6.888)
Despesas de processamento de dados	(5.545)	(3.830)
Despesas de localização e funcionamento	(1.608)	(1.524)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.430)	(2.145)
Despesas de marketing	(1.479)	(203)
Despesas de emolumentos judiciais	(845)	(901)
Despesas de serviços do SFN	(830)	(726)
Despesas de indenizações judiciais	(521)	(716)
Despesas com amortização	(903)	(96)
Despesas com depreciação	(91)	(73)
Demais despesas administrativas	(993)	(798)
Outras despesas administrativas	<u>(20.678)</u>	<u>(17.900)</u>

19 Despesas tributárias

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
COFINS	(4.043)	(4.506)
PIS	(657)	(732)
ISSQN	(344)	(140)
ITBI/IPTU	(302)	(495)
Outros tributos	(5)	(6)
Despesas tributárias	<u>(5.351)</u>	<u>(5.879)</u>

20 Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	1.163	1.378
Reversão de provisão bens em pendência transitória cartorial	-	208
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	274	460
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	-	454
Taxa de permanência no recebimento de créditos	2.648	3.827
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.281	2.330
Recuperação de encargos e despesas	253	289
Variações monetárias ativas	304	379
Rendas de acordos operacionais	-	260
Rendas de oper. aquisição de recebíveis	32	52
Reversão de provisões sobre garantias prestadas	381	5
Outras rendas operacionais	257	546
Outras receitas operacionais	<u>7.593</u>	<u>10.188</u>

21 Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(3.500)	(1.791)
Descontos concedidos nos recebimentos de recebíveis	(37)	(8)
Variação monetária passiva	(218)	(336)
Disp. atualiz. impostos e contribuições	(65)	(105)
Provisão sobre garantias prestadas	(1)	(308)
Provisões para pagamentos a efetuar	(189)	(210)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(458)	(189)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(348)	(54)
Outras despesas operacionais	(132)	(3)
Outras receitas operacionais	<u>(4.948)</u>	<u>(3.004)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	30/06/2020		30/06/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	5.570	5.570	1.847	1.847
Adições (exclusões) permanentes	151	151	(1.291)	(1.291)
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	11.528	11.528	6.693	6.693
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	(211)	(211)	(2)	(2)
Resultado líquido ajustado	17.038	17.038	7.247	7.247
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	(4.294)	(5.111)	(2.174)	(2.174)
Base de cálculo tributável (c)	12.744	11.927	5.073	5.073
Alíquota-base	(1.912)	(2.385)	(761)	(761)
Alíquota adicional	(1.262)	-	(495)	-
Incentivos fiscais	-	-	5	-
Sub-totais dos impostos correntes	(3.174)	(2.177)	(1.251)	(761)
Diferença - Prov. do exercício anterior	(25)	18	-	-
Totais dos impostos correntes	(3.199)	(2.159)	(1.251)	(761)
Base de cálculo tributável (b)	(211)	(211)	(2)	(2)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	(49)	-	(46)
Passivo fiscal diferido (1)	(53)	(52)	-	9
Base de cálculo tributável (a)	11.528	11.528	6.693	6.693
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-	-
Diferenças temporárias	76	367	-	-
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (e)	-	-	-	-
Diferenças temporárias (2)	2.901	2.379	1.673	1.004
Base de cálculo tributável (d)	(4.294)	(5.111)	(2.174)	(2.174)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	1.131	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa (3)	(1.073)	(796)	(543)	(326)
Ativo fiscal diferido (2+ 3)	1.828	1.583	1.130	678
Totais do imposto diferidos (1+2+3)	1.775	1.531	1.130	687

O efeito da alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido instituído pela Emenda Constitucional nº 103 de 2019 constituiu um valor de R\$8.781 em 2019.

23 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	30/06/2020				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	28	352	228	(725)
Outras partes relacionadas (1)	37.346	1.275	14.938	606	(6.225)
Total	37.346	1.303	15.290	834	(6.950)

	30/06/2019				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	26	169	40	(2.332)
Outras partes relacionadas (1)	50.499	1.143	10.494	624	(6.280)
Total	50.499	1.169	10.663	624	(8.612)

As despesas realizadas com partes relacionadas no período referem-se a:

- R\$ 319 (R\$ 551 em 2019) provenientes de despesas com aluguéis e condomínio do período.
- R\$ 5.632 (R\$ 5.323 em 2019) provenientes de serviços de cobrança e apoio administrativo (correspondentes bancário, atendimento a cliente e promoção de vendas de produtos) prestados no período.
- R\$ 285 (R\$ 417 em 2019) provenientes de despesas com remuneração de depósito a prazo e letras de créditos imobiliários mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no período.
- R\$ 7 (R\$ 95 em 2019) provenientes de despesas administrativas gastas com pessoal administrativo.
- R\$ 0 (R\$ 4 em 2019) provenientes de doação à entidade filantrópica.
- R\$ 707 (R\$ 2.226 em 2019) remuneração paga à Administração.
As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 132% do CDI e prazo máximo de vencimento em 3 de dezembro de 2024.

(1) Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$ 37.346 (R\$ 45.487 em 2019) com provisão no total de R\$ 7.611 (R\$ 9.492 em 2019) referem-se ao saldo em 30 de junho de 2020 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 7.

- Depósitos à vista representados por R\$ 176 (R\$ 741 em 2019) de pessoa física e R\$ 1.127 (R\$ 780 em 2019) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$ 9.314 (R\$ 4.704 em 2019) de pessoas físicas e R\$ 5.976 (R\$ 6.515 em 2019) por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$ 834 (R\$ 603 em 2019) de pessoas físicas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

24 Outras informações

a) Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

b) Combate aos efeitos da COVID-19

Diante da rápida propagação do vírus COVID-19 – Coronavirus – que possui uma capacidade rápida de disseminação e de contágio, o Banco Semear vem seguindo todas as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS com o intuito de minimizar a proliferação do vírus entre os colaboradores, os clientes e a comunidade.

Como é de extrema dificuldade saber o efetivo impacto sobre o risco de crédito, risco de liquidez e nas operações de crédito fruto da atual circunstância em nosso negócio e prever todas as situações, a Administração está agindo de forma rápida para minimizar seus efeitos na instituição, da seguinte forma:

- Foi criado um comitê de crise para definições urgentes e com reuniões frequentes.
- Foram definidas três frentes emergenciais de atuação:
 - Originação: foco em garantir a entrada de operações no curto prazo e no médio prazo, tanto em operações de crédito quanto em aplicações financeiras.
 - Recebimentos: Foco no monitoramento das receitas, atuando de forma instantânea em caso de inadimplência, minimizando o aumento do risco de crédito e liquidez.

- Redução de Despesas: Reavaliação de todos os contratos em andamento, cancelamento de admissões e projetos com foco no longo prazo, análise das principais linhas de despesas, para traçar um plano de redução.
- Em termos de funcionamento, foi definido um número mínimo de estrutura necessária para operacionalizar o Banco Semear com segurança – estes ficam fisicamente presentes – e privilegiar o trabalho remoto, *home office*, para as atividades que não comprometam o dia a dia do Banco.

Com o intuito de se avaliar o risco para o Banco com relação a essa situação relativa ao COVID-19, foi realizada, como evento subsequente para a publicação da DF anual de Dez/2019, uma análise de sensibilidade da carteira de crédito baseada em três cenários que podem ser considerados otimista, realista e pessimista de acordo a visão da administração frente as circunstâncias que se desenham no cenário macro econômico, a saber:

Descrição cenários (base DF Dez/2019)

Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 30% e de PJ em 15%
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 60% e de PJ em 30%
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 90% e de PJ em 45%

Com base nesses cenários da base de Dez/2019, os principais resultados esperados para o fechamento do exercício de 2020 são os seguintes:

Indicador	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa	120.101	113.328	106.482	97.578
PL	129.024	126.437	123.808	121.114
Basileia	14,34%	13,78%	13,24%	12,68%

Esses possíveis cenários para os impactos do surto no exercício de 2020 foram elaborados pela Administração do Banco, com base em estimativas e premissas relacionados ao futuro, que consideram todas as informações relevantes disponíveis até a data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As expectativas sobre os possíveis impactos nas operações e nas demonstrações financeiras relacionados ao surto do COVID-19, consideraram as medidas tomadas pelo governo, como também as medidas tomadas pela Administração do Banco para mitigar os impactos previstos nas operações da Instituição. Considerando as incertezas remanescentes relacionados a essas estimativas e premissas, os valores divulgados a seguir referentes aos resultados previstos sobre os três cenários possíveis apresentados e possuem um risco significativo de sofrer alterações adicionais no decorrer do tempo.

Contudo, para a elaboração da DF semestral de Jun/2020, os cenários foram revistos e aprimorados e ficaram como no quadro abaixo:

Descrição cenários (base DF Jun/2020)	
Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e incremento do custo de captação em 10%
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 40% e de PJ em 30% e incremento do custo de captação em 20%
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 60% e de PJ em 45% e incremento do custo de captação em 30%

Com base nesses cenários da base de Jun/2020, os principais resultados esperados para o fechamento do exercício de 2020 são os seguintes:

Indicador	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa	192.115	191.587	190.158	188.979
PL	124.403	123.436	122.760	121.785
Basileia	19,70%	17,50%	17,36%	17,17%

Conselho de Administração

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo
Conselheiro

Ilvio Braz de Azevedo
Conselheiro

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa
Conselheira

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo
Diretor-presidente

Paulo Sávio Salgado Ribeiro
Diretor

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2
